

## CONCEPÇÕES DE ESTADO: REFERENCIAL PARA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

### **Luciene Maria da Silva**

Doutoranda em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA).

E-mail: [lulucyenesilva@gmail.com](mailto:lulucyenesilva@gmail.com).

### **Maria Lília Imbiriba Sousa Colares**

Doutora em Educação pela Unicamp.

Professora Titular na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

E-mail: [liliacolaress@gmail.com](mailto:liliacolaress@gmail.com).

### **Introdução**

Este estudo insere-se no contexto da tese de doutorado em andamento, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA), intitulada *Educação Integral em Tempo Integral: Implementação da Política da Secretaria Municipal de Educação em Escolas Municipais de Oriximiná-Pará (2020 a 2024)* e visa apontar o estudo das concepções de Estado como premissa para análise das políticas públicas educacionais, buscando compreender como essas concepções influenciam a formulação e implementação dessas políticas.

No meio acadêmico, o conceito de política pública é objeto de múltiplas interpretações, refletindo a diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas presentes nas ciências sociais. Para alguns autores, as políticas públicas representam ações concretas do Estado destinadas a atender às demandas da sociedade, enquanto para outros, são processos dinâmicos que envolvem negociações, disputas de poder e a mediação de interesses entre diferentes atores sociais. Essa diversidade conceitual não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também evidencia a complexidade intrínseca ao campo das políticas públicas.

Neste estudo, Compreende-se que as políticas públicas educacionais são manifestações diretas da atuação estatal, estando intrinsecamente relacionadas às concepções de Estado que orientam sua formulação e implementação. (Howlett et al, 2013; Secchi, 2014).

Neste sentido, a formulação e implementação das políticas públicas educacionais estão intrinsecamente relacionadas às concepções de Estado vigentes em determinado contexto histórico e político. O Estado, longe de ser uma entidade neutra, representa um campo de disputas entre diferentes grupos sociais e econômicos, cujos interesses moldam as diretrizes educacionais (Höffling, 2001), neste sentido, compreender as concepções de Estado permite analisar criticamente as políticas educacionais e os impactos dessas disputas na definição de diretrizes, financiamento e acessibilidade da educação pública.

Assim, essa análise permite compreender os interesses e as contradições que orientam a atuação estatal na formulação e implementação de políticas educacionais, sendo essa abordagem essencial para desvendar como as ações do Estado são condicionadas pelas dinâmicas econômicas, sociais e culturais, especialmente em regiões periféricas como a Amazônia.

## **Desenvolvimento**

Esta pesquisa adota a metodologia de revisão bibliográfica, ancorando-se nas contribuições teóricas de Marx e Engels (1998), Gramsci (2001) e Gentili (1996), entre outros autores. A análise das políticas públicas educacionais parte de um exame crítico das concepções de Estado, sendo abordadas três principais vertentes teóricas: a marxista, a gramsciana e a neoliberal. Essa abordagem permite compreender as diferentes perspectivas sobre o papel do Estado na formulação e implementação das políticas educacionais, evidenciando seus impactos na estruturação do sistema educacional.

As políticas sociais e educacionais, ao se situarem no interior de um tipo particular de Estado, revelam sua dualidade. Por um lado, respondem a demandas legítimas da sociedade, como o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Por outro, servem como mecanismos para manter a estabilidade do sistema econômico e social, reforçando as relações de poder que estruturam a formação social em questão. Com isso, torna-se evidente que o Estado, longe de ser neutro, exerce um papel ativo na definição das diretrizes que moldam essas políticas, orientando-as segundo interesses e dinâmicas que transcendem as necessidades individuais e coletivas.

Em cada teoria, o papel do Estado na sociedade, a forma como ele se relaciona com as classes sociais e a sua intervenção na economia e na vida social são compreendidos de maneira distinta. Políticas, como saúde, educação, habitação e segurança, são frequentemente vistas como instrumentos do Estado para atender às necessidades da população e garantir o bem-estar social. No entanto, a natureza dessas políticas e os objetivos que elas buscam atingir variam de acordo com a concepção de Estado adotada.

Na perspectiva marxista, o Estado é compreendido como parte da superestrutura, um conjunto de instituições e ideologias que refletem as condições materiais estabelecidas pela infraestrutura econômica, ou seja, pelo modo de produção dominante. Essa relação entre base e superestrutura é central no pensamento de Marx e Engels (1998), pois demonstra como as instituições políticas, jurídicas, culturais e sociais não são neutras, mas estão subordinadas às relações econômicas que sustentam o sistema capitalista.

Dessa forma, as políticas educacionais, dentro dessa perspectiva, são vistas como mecanismos de formação da força de trabalho de acordo com os interesses do capital, mascarando as desigualdades sociais por meio de um discurso de universalização da educação (Marx e Engels, 1998).

Enquanto Marx e Engels identificam o Estado como instrumento de dominação da classe dominante, Gramsci amplia essa compreensão ao destacar que o Estado não atua apenas por meio da coerção, mas também pela construção do consenso na sociedade civil. Segundo Gramsci (2001), a educação é um dos principais espaços de construção da hegemonia, sendo utilizada para consolidar os valores da classe dominante. No entanto, essa perspectiva também reconhece que a educação pode se tornar um instrumento de resistência e emancipação, possibilitando a formação de sujeitos críticos capazes de questionar a ordem estabelecida (Gramsci, 2001).

Por fim, a concepção neoliberal propõe uma reconfiguração do papel do Estado, reduzindo sua atuação ao mínimo necessário para garantir o funcionamento do mercado. Nesta abordagem, a educação é tratada como um bem de consumo e a educação passa a ser orientada por princípios de eficácia, competitividade e meritocracia. Políticas educacionais são frequentemente estruturadas a partir de parcerias público-privadas e mecanismos de avaliação padronizada, promovendo a mercantilização do ensino e

aprofundando as desigualdades educacionais. Essas transformações impactam diretamente na concepção de cidadania e no acesso à educação, tornando-a um privilégio de poucos (Gentili, 1996).

Embora o discurso neoliberal defenda a eficiência e a liberdade de escolha proporcionada pelo mercado, a transferência da responsabilidade estatal para o setor privado em áreas essenciais aprofundam as desigualdades estruturais, precarizam os serviços e limitam o acesso da população mais pobre a direitos fundamentais como educação, saúde e previdência. Ao defender a desregulação das atividades econômicas e incentivar parcerias entre o setor público e o setor privado. A educação, por exemplo, é vista como um espaço de oportunidades econômicas, e não como um direito universal.

Diante do exposto, a análise das políticas educacionais precisa considerar não apenas os objetivos declarados, mas também as estruturas institucionais e as relações de poder que determinam sua formulação e implementação. O embate entre diferentes concepções de Estado evidencia que a educação pode ser tanto um mecanismo de manutenção das desigualdades quanto uma ferramenta de emancipação social. Assim, compreender as implicações teóricas e metodológicas desse debate permite avançar em direção a políticas educacionais mais justas e inclusivas, alinhadas às reais demandas da população.

## **Conclusões**

A análise das concepções de Estado permite compreender que as políticas públicas educacionais são produtos de disputas ideológicas e relações de poder. O estudo evidencia que tais políticas não são neutras, mas refletem as orientações político-econômicas do Estado em determinado contexto histórico. Dessa forma, é fundamental compreender essas concepções de Estado para desvelar os interesses subjacentes às políticas educacionais, bem como os limites e as contradições que permeiam sua formulação e implementação.

## **Referências**

CARDOZO, M. J. P.B; COLARES, M. L.I.S.; COLARES, A. A. Apontamentos para a análise das políticas educacionais a partir do método histórico- dialético. **Revista**

**Temas em Educação**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. e-rte321202348, 2023. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2023v32n1.65475.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/65475>. Acesso em: 20 de Nov .de 2024.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, Tomás T. da & GENTILI, Pablo (Orgs.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Disponível em: [https://amures.org.br/wp-content/uploads/2022/08/1349631\\_Antonio\\_Gramsci\\_Cadernos\\_do\\_carcere\\_vol\\_I\\_Lpdf](https://amures.org.br/wp-content/uploads/2022/08/1349631_Antonio_Gramsci_Cadernos_do_carcere_vol_I_Lpdf) . Acesso em: 15.12.2024

HOWLETT, M.; HAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista . **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 34, p. 7–46, 1998. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9068>.. Acesso em: 25 Nov. 2024.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.